

Por trás e para além dos Monumentos: Materialidade, desmaterialização e invisibilidade dos patrimônios ou de como a consagração se torna a outra face da assepsia da história.

Ângelo Emílio da Silva Pessoa*

O fazedor de ouro dos novos tempos, o alquimista moderno, faz girar capital a partir da sensação do passado. Descobre a pedra filosofal em cada panela medieval – à força não de experimentos, mas de especulação. O que ele toca se valoriza. Joseph Roth. A filosofia do Museu de Cera.¹

Nada vejo por esta cidade
Que não passe de um lugar comum
Mas o solo é de fertilidade
No jardim dos animais em jejum
Jardim das Acácias. Zé Ramalho (1979)

Onde se “escondiam” – ou foram escondidos – os homens “não-bons” da Cidade? Onde moravam as pessoas “sem sobrenomes de quatro costados” na velha Filipeia/Parahyba?²Quais os rastros de sua presença no traçado urbano? Qual era o Patrimônio dos “sem-patrimônio”?³ O que dele restou na trama urbana atual? Ou nos poucos registros documentais?

* Professor Associado do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal da Paraíba.

¹ROTH, Joseph. Berlim. Trad. José Marcos Macedo; posfácio Alberto Dines. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.136.

²De antemão, informamos que a atual Cidade de João Pessoa tem a duvidosa ventura de haver trocado várias vezes de nome em função de mudanças políticas e institucionais que seria longo e ocioso esmiuçar aqui, fugindo ao escopo desse trabalho. De forma resumida, à época de sua fundação (1585), recebeu o pomposo e lusitaníssimo nome de Filipeia de Nossa Senhora das Neves (homenagem ao Rei Filipe I de Portugal e II de Espanha e à Padroeira local), o qual alternou com o uso indígena, e talvez mais popular, de Parahyba até o período entre 1634 e 1654, quando foi rebatizada de Frederikstad (Frederica) pelos invasores da Companhia das Índias Ocidentais. Retomou o nome lusitano, mas acabou prevalecendo o uso indígena, tendo as designações de Filipeia e de Nossa Senhora das Neves, sumido gradativamente de circulação em proveito de Parahyba, que perdurou até 1930. Nesse último ano, devido ao controverso e rumoroso assassinato do Presidente do Estado, o Sr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, a cidade ganhou o atual nome, não sem que isso deixe de gerar até hoje certo nível de controvérsia.

³ Esse artigo surgiu de alguns bate-papos sobre a história da cidade com a historiadora Regina Célia Gonçalves, quando – estrangeiro na própria terra – indaguei acerca dos lugares habitados pela população pobre e trabalhadora da antiga Parahyba. Ela já tinha se colocado esses questionamentos e respondeu com

Essas nos parecem questões bastante pertinentes, uma vez que os vestígios mais visíveis da paisagem urbana acolhem em seu patrimônio edificado registros inequívocos das vidas dos antigos homens bons e de linhagem e abastança, mas ignoram ou tentam ignorar solenemente a existência dos diversos grupos subalternos nessa paisagem ou os mesmos foram removidos em intervenções urbanas de monta. Dessa percepção, digamos, mais incauta, provém certa visão “edificante” e asséptica de um “passado romântico” – tão ao gosto de uma historiografia de bom tom e de programas turísticos de sabor exótico e pitoresco –, nos quais sinhazinhas passeariam nas tardes fagueiras e preguiçosas do século retrasado ou senhores de terno de casimira inglesa e suas distintas consortes saboreariam um elegante chá lá pelos anos 20 do século passado. Um resultado palpável é uma leitura – não poucas vezes – “desmaterializada” do próprio patrimônio, como que pairando etereamente acima do solo da vida e lastreada numa concepção de cultura eviscerada e puramente incorpórea. Por outro lado, certos muros corporativos entre áreas do conhecimento dificultam ou impedem diálogos necessários, que poderiam ser fundamentais para aprimorarmos certas percepções necessárias dessas questões.

Defendemos, aqui, que o estudo do patrimônio e através do patrimônio – e, no caso que tomamos mais em específico, o patrimônio edificado, mas não apenas – não pode dispensar a compreensão das intrínsecas relações entre a construção de tais bens patrimoniais e as condições de existência da sociedade circundante. Em termos mais precisos, nos acostamos às judiciosas investigações e considerações do historiador José Roberto do Amaral Lapa, em dois estudos modelares sobre a cidade de Campinas (SP), mas que se colocam como referência de grande relevância para o que pretendemos a seguir⁴. Em linhas muito gerais, Amaral Lapa estuda sua cidade entre meados do século XIX e primeiras décadas do XX, procurando entender a formação do tecido urbano (e de parte substantiva de seu patrimônio edificado, em decorrência) a partir da relação entre o que denomina os “cantos” e os “antros”, ou seja, como as tremendas inovações

o instigante e seminal artigo GONÇALVES, Regina Célia. Como e onde viviam os trabalhadores da Cidade da Parahyba (séculos XVI-XIX)? IN: MOURA FILHA, Maria Berthilde, COTRIM, Márcio e CAVALCANTI FILHO, Ivan (orgs.). *Entre o Rio e o Mar: Arquitetura residencial na Cidade de João Pessoa*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2016. p. 64-89. As considerações que se seguem procuram trilhar os caminhos por ela abertos, à exceção das impertinências, exclusivamente da lavra desse autor.

⁴As obras mencionadas são LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900*. 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. USP; Campinas: Ed. Unicamp, 2008 (1ª edição de 1995) e LAPA, José Roberto do Amaral. *Os Excluídos: Contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Ed. USP, 2008.

urbanas que mudam a face da cidade, trazendo “ares de modernidade”, convivem de maneira contraditória com a permanência, muitas vezes ocultada, enviada para uma zona de sombras, de vasta pobreza (relacionada durante grande parte do período por ele estudado com a escravidão), alijada do acesso às benesses das novidades e vista como ameaçadora, como “classes perigosas”, assuntos de políticas urbanas de disciplinamento ou da repressão ostensiva através do policiamento. As tênues fronteiras entre as classes trabalhadoras, a pobreza, a exclusão social e a marginalidade são esmiuçadas percucientemente pelo historiador. Como nos alerta Lapa:

“existe mais de uma cidade num convívio forçado. Há um contraponto em relação à cidade racional, objetiva, civilizada que é proposta pela emergência capitalista e que se confronta com a outra cidade. Esse é o marco do urbanismo moderno.

Esta é a cidade praticada, vivida ao arrepio das posturas, da vigilância, do poder público. A cidade de cada um, que cada um procura viver à sua maneira, num jogo cotidiano de ludíbrio ou confronto com a autoridade e com a sociedade. Desse jogo acabam todos participando, mas é claro que aos pobres e escravos ficam reservados o esforço e os riscos maiores, bem como as menores possibilidades de compra, arreglo, tráfico de influências, suborno, defesa formal e explícita contra os guardiães da lei e da ordem.⁵

Encontrá-la não é tarefa das mais fáceis, pois ela não deixa traços tão nítidos na trama urbana e nos registros arquitetônicos, é objeto de grandes intervenções de “melhorias urbanas” e projetos de modernização; não deixa evidências tão explícitas na documentação escrita e ou visual e, quando determinados documentos e acervos que poderiam captar essa presença pouco visível são inacessíveis ou mesmo destruídos, torna-se simplesmente uma tarefa das mais árduas, ou acaba sendo praticamente impossível, captar alguns de seus traços:

“Esta cidade de que vos falo não é tão visível, a sua existência é furtiva, pois é incômoda à outra. É produzida a cada dia, sobretudo pelos escravos e pelos pobres. As fontes deixam apenas que se possa entrevê-la. Não se mostra, pois é proibida, mas existe e pulsa escondida, reprimida, pusilânime ou desafiadora. Essa cidade clandestina, despudorada e transgressora das

⁵LAPA (2008). p. 123/124.

posturas é que nos convém visitar também... Os seus cortiços e pardieiros, os seus becos e ruazinhas malcheirosas, as sombras que deslizam em sua noite compõem esse cenário, que a outra cidade – a visível – que eliminar de vez de seu convívio constrangedor.”⁶

Voltando à questão que aludimos acima, acerca de certa visão desmaterializada do patrimônio⁷, que discutiremos adiante, insistimos que a mesma carrega em seu bojo uma concepção que, no mais das vezes, isola determinados bens singulares e notáveis de seu entorno vivo e pulsante, limita sua percepção geralmente ao suposto exotismo de outros tempos ou ao sabor da pura ficção, corta as conexões entre o percebido e o vivido e instaura uma relação de absoluto domínio dos anseios do presente sobre os remanescentes do passado, não raro transmutados em objetos de domínio mercadológico, fetiches ou mesmo pastiches para consumo e fruição daqueles que podem pagar para tanto e por tão pouco. Não raro, esse patrimônio convertido em mercadoria perde qualquer nexos com sua própria densidade histórica. Como nos adverte Paulo Peixoto:

Parecemos viver cada vez mais em sociedades do “isto não é...”, como bem o exemplificam as tendências de disneyzação e de tematização promovidas pelas políticas de gestão do patrimônio. O “isto não é...” é uma forma de desmanchar o que é sólido, seja escondendo a materialidade que alimenta as forças hegemônicas, seja através da imposição de uma materialidade *trompe-l’oeil*⁸

Um pouco antes, nesse mesmo artigo mencionado, Peixoto havia colocado de maneira bastante pertinente que “um dos desafios atuais do estudo dos processos de patrimonialização seja o de revelar a materialidade do imaterial e as estratégias que lhe subjazem”⁹.

⁶Idem. p. 124.

⁷Em Junho de 2017 apresentamos ao PPGH da UFPB o projeto de pesquisa “Da materialidade e da desmaterialização do(s) Patrimônio(s): Consagração e destruição na Cidade de João Pessoa (décadas de 1920 a 1950). Mais recentemente tomamos contato com um instigante artigo de Paulo Peixoto, com o qual dialogamos com muito proveito.

⁸PEIXOTO, Paulo. Tudo o que é sólido se sublima no ar: políticas públicas e gestão do patrimônio. IN: CYMBALISTA, Renato, FELDMAN, Sarah e KÜHL, Beatriz (orgs.). Patrimônio Cultural: Memória e intervenções urbanas. São Paulo: Annablume: Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017. p.20. Em artes plásticas, *trompe-l’oeil* significa enganar o olho, produzir ilusões de ótica.

⁹ Idem. p. 17.

Avançando nessa seara, nossa postura não se coloca no sentido de desconsiderar os recentes ganhos – muito embora sujeitos à percepção crítica, como, de resto, é tarefa básica de qualquer historiador – do reconhecimento dos patrimônios imateriais como bens coletivos, mas refere-se a uma outra, e espinhosa, questão: a uma percepção desmaterializada desses mesmos bens patrimoniais (materiais, imateriais ou quaisquer outras definições que venhamos a usar) deslocando-os de forma absoluta de seus sentidos originários ou intrínsecos e relendo-os ao estrito sabor das circunstâncias atuais, geralmente sintonizados com o que de mais vendável se estabelecer em termos de consumo. Nesse entremeio, passa-se não poucas vezes de um aparentemente antigo objetivismo tosco a um supostamente novo subjetivismo vaporoso, atirando nos escolhos a embarcação destruída pelo turbilhão de Cila e Caribde, na feliz expressão de Edward Carr¹⁰. No final, ambos os extremos acabam por se tocar e anular mutuamente, restando apenas o fetiche da mercadoria como objeto de consumo.

Desconsiderar, por exemplo, em numerosas cidades brasileiras a presença do peso da escravidão e da exploração da força de trabalho existente sob várias formas de coerção na construção de nosso vasto patrimônio arquitetônico colonial e imperial (parte mais substantiva dos bens patrimoniais edificados tombados pelos órgãos de preservação) e desconectar a relação entre esses mesmos bens patrimoniais e boa parte de sua atual população circundante – nem sempre “gente bonita”, no sutil padrão que se esconde por trás dessa nada inocente expressão – é instaurar uma possibilidade de “leituras” as mais “livres” em termos de exploração do que Peixoto denomina “ativos imateriais”, que escondem uma dimensão material dificilmente perceptível a um olhar apressado. Elidir qualquer tipo de passado ou qualquer elemento de materialidade – mesmo que fugaz e diáfana, pouco perceptível a um olhar incauto – de seus vestígios é abrir a brecha para os usos mais “criativos” possíveis. A partir daí, pagar um pacote de lazer para se sentir senhor ou senhora de escravos numa tarde relaxante e pitoresca não deve causar nenhum espanto, é decorrência quase lógica, uma vez que o campo está

¹⁰No seu clássico livro, o historiador inglês alude à antiga lenda de Cila e Caribde, que seriam duas monstruosidades no Estreito de Messina (sul da Itália), as quais levariam ao naufrágio dos navegadores mais desprevenidos, que não conseguissem navegar entre os dois extremos do estreito, colocando a necessidade de se estabelecer uma visão ponderada entre subjetividade e objetividade, sem descambar para os extremos subjetivismo e objetivismo. CARR, E. H. *Que é história?* 4 ed. Trad. Lúcia Maurício de Alverga. Revisão técnica Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 28.

aberto para o exercício da mera publicidade ou o agenciamento turístico menos consequente¹¹.

* * *

Ingressemos um pouco no tecido urbano da velha área central de João Pessoa, cidade de pouco mais de quatro séculos, que carrega em seus traços urbanos presentes vestígios de cantos – e traços residuais de antros – que marcaram sua história e que contribuem decisivamente para a formação de uma determinada visão de si, que coloca em larga medida esses antros fora do campo visual mais desatento ou desavisado. Em 2009 o perímetro do antigo traçado urbano ao qual se limitou a Cidade por cerca de três séculos (o atual Centro, que passou a ser denominado “Histórico”¹²) foi tombado pelos órgãos patrimoniais em função de seu valor histórico, artístico, paisagístico¹³, reunindo expressivo conjunto de edificações de grande porte, entre os quais pontificam os templos de antigas Ordens Religiosas Católicas, alguns prédios públicos e antigos casarões de moradia e comerciais, muitos dos quais tombados como bens singulares desde a década de 1930. Em linhas gerais, entendemos aqui que aquilo se encontra em

¹¹Desde já, não nos parece que historiadores e demais cientistas sociais devam estabelecer uma absoluta negação e hostilidade em relação a quaisquer políticas turísticas. É possível estabelecer diálogos proveitosos nesse sentido, mas consideramos que nesse campo, lamentavelmente, predomina uma visão quase que estritamente mercadológica do turismo, com consequências profundamente problemáticas. Não deixa de ser, também, importante, salientar a pouca atenção que a academia costuma dar às políticas de turismo, o que reputamos também contribui para esse quadro.

¹²Pontuamos, aqui, uma consideração. Não usaremos o termo “Centro Histórico” em nossas formulações e a repelimos em total medida, uma vez que essa denominação remete-se a um processo de esvaziamento dos centros urbanos em relação às novas espacialidades, consagrando para o termo “histórico” a concepção de “lugar do passado” e que tal passado seria um passado congelado, imóvel. Por um lado, desconsidera-se uma relação ativa com esses vestígios do passado, por outro, desconsideram-se as dinâmicas presentes de tais espaços urbanos que foram destituídos dessa centralidade em função dos novos fluxos de capitais, tornando muitas vezes invisível uma história presente e os habitantes desses centros, vistos como “pessoas intrusas” e como “lugares mortos”. Esses lugares possuem uma história presente bastante viva, que tende a ser obliterada num olhar mais apressado. É como se “histórico”, nesse caso, correspondesse ao centro que não é mais centro e que ter-se-ia congelado num tempo passado estanque. Para o caso de João Pessoa, a área tombada corresponde ao antigo Centro e partes dos atuais bairros de Tambiá, Roger, Varadouro, Trincheiras/Cordão Encarnado, Jaguaribe e Torre, aqui apresentados num perímetro radial anti-horário. Para efeito desse artigo a denominaremos Centro tombado, área tombada ou mesmo região tombada. Importante, ainda, perceber que tal perímetro tombado corresponde em sua quase totalidade ao perímetro urbano da antiga Parahyba de meados do século XIX, como veremos adiante.

¹³O sumário do referido tombamento do Centro Histórico de João Pessoa pelo IPHAN pode ser visto em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/349/> acesso em 21/09/2018. Em âmbito estadual, o tombamento é de 2004 <https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro56/documento%201.pdf> acesso em 21/09/2018.

meio a esse valioso acervo, pode criar – e em geral cria – uma visão distorcida do que teria sido o passado da cidade, edulcorado por uma feição monumental, rica, pujante. Nesse sentido, é perceptível que os antigos cantos se mostram bastante visíveis na paisagem urbana, mas os antros com os quais os mesmos interagiram foram em larga medida apagados e pouco sobra da memória de sua existência. É como se jamais tivessem existido. É sobre essa história não edulcorada que pretendemos nos debruçar um pouco mais aqui.

* * *

Comecemos, então, pela observação de duas representações cartográficas significativas do Centro da atual cidade de João Pessoa, uma de meados do século XIX e outra de início do século XXI. A primeira, objeto de um diagnóstico de situação e projeção de futuro da cidade oitocentista, realizada pelo Engenheiro Alfredo de Barros e Vasconcelos por determinação da Presidência da Província¹⁴; a segunda, elaborada por técnicos dos órgãos patrimoniais como parte da definição de um perímetro de preservação dentro da malha urbana¹⁵, e que corresponde em larga medida à mesma área da planta oitocentista. Em linhas muito gerais podemos dizer que boa parte do que era projeto de futuro tornou-se considerável parcela de medida de registro do passado com intuítos de preservação. O século e meio que separa as duas representações implica em muitas mudanças, que vão desde o nome da cidade até à expansão das dimensões da sua malha urbana e de sua demografia. Podemos dizer que a cidade do atual 2020 praticamente “deglutiu” a velha cidade de 1855 e a transformou num “canto” marcado pela presença de um patrimônio edificado, patrimônio esse que aparece, para muitos, mais como um lugar problemático e abandonado, um “antro” que precisa ser revitalizado e revalorizado – leia-se, muitas vezes, pela ótica “benfazeja” da especulação imobiliária –; e para outros como uma espécie de repositório romântico das

¹⁴A Planta de 1858 foi elaborada pelo Engenheiro Alfredo de Barros e Vasconcelos, por determinação do então Presidente da Província Henrique de Beaurepaire Rohan, com vistas a conhecer mais eficazmente e planejar melhorias no traçado urbano da cidade. Sobre ela, não se conhece a original, que foi copiada em formato reduzido em 1905 por Artur Januário Gomes de Oliveira. O detalhado estudo de Alberto Sousa e Wilna Vidal indica que a cópia de 1905 devia ser bastante fiel ao original de 1858. Ver SOUSA, Alberto e VIDAL, Wilna. Sete plantas da capital paraibana – 1858-1940. João Pessoa: Ed. UFPB, 2010.

¹⁵A representação cartográfica produzida em conjunto pelo IPHAN e IPHAEP refere-se ao perímetro tombado do Centro “Histórico” da Cidade, com atribuição de áreas de preservação rigorosa e entorno sob responsabilidade de atuação de ambos os órgãos.

belezas do passado (que precisa ser preservado). Os projetos são muitos, os consensos muito poucos.

De antemão, chamamos atenção que o registro cartográfico, assim como quaisquer outras formas de representação, não se constitui num dado absolutamente objetivo e depende mesmo dos olhares e critérios definidos por aquele que faz o registro. Portanto, as plantas de Barros e Vasconcelos e dos órgãos patrimoniais são marcadas por critérios de seleção, de estabelecimento de prioridades, por definições de ordem política que não os invalidam de maneira alguma como objetos de investigação, mas que exigem certo cuidado em não imaginar que consistem em fatos “tais e quais eles são” ou supostamente seriam.

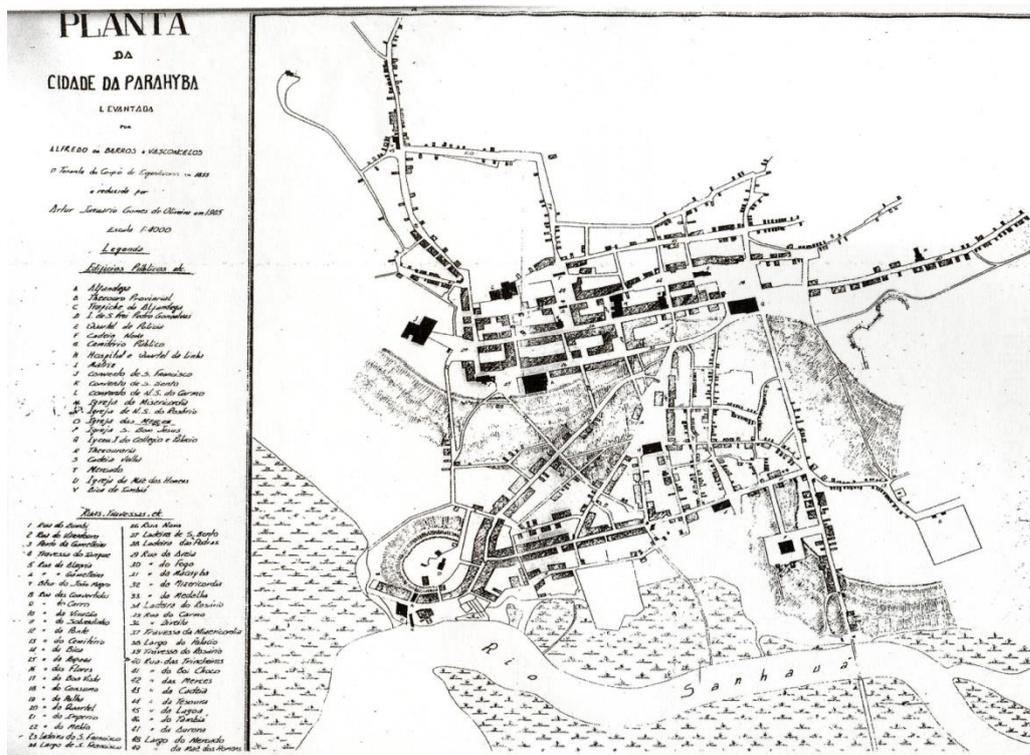


Figura 01 – Planta da Cidade da Parahyba, realizada pelo Engenheiro Alfredo de Barros e Vasconcelos (1858) e reduzida por Artur Januário Gomes de Oliveira, em 1905. Acervo do IHGP.

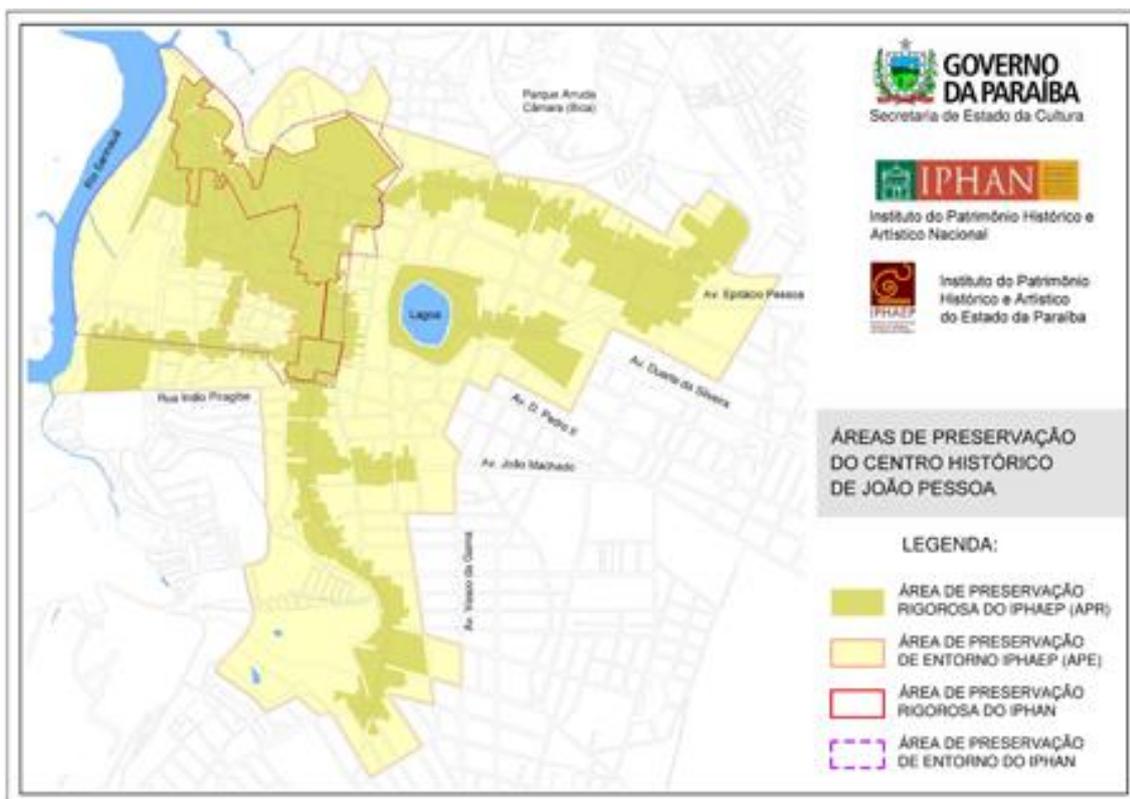


Figura 02 – Áreas de preservação do Centro Histórico de João Pessoa. Acervo do IPHAEP.

Observemos que a orientação de ambas as plantas não é correspondente, uma vez que a de Barros e Vasconcellos orienta-se no sentido leste, enquanto a do IPHAN/IPHAEP no sentido norte. Entretanto, se sobrepusermos ambas com a mesma orientação espacial e na mesma escala aproximada, será possível perceber que elas cobrem uma área que corresponde em larga medida uma à outra¹⁶. Esse perímetro da Cidade em 1858 reúne, em na maioria dos casos, o conjunto de bens imóveis tombados de forma singular a partir de 1938 e que tiveram o tombamento ampliado como áreas de preservação entre 2004 e 2009¹⁷.

Dessa maneira, dentro de nossos propósitos, vamos tentar ingressar em alguns espaços sombreados dessa região tombada e outras áreas adjacentes ou mais distantes, a

¹⁶Grosso modo, nos primeiros anos do século XX, com ênfase na década de 1930, a antiga Lagoa dos Irerês, em região contígua e periférica ao antigo traçado urbano (a referências de moradias esparsas na área), sofreu intenso processo de urbanização, que se destinava a destravar a malha urbana nas direções leste e sul. A área que sofreu esforços urbanísticos nas décadas de 1920/30, conhecida como Parkway da Lagoa, entrou na área de preservação rigorosa do IPHAEP e seu entorno. Essa área é a que se destaca efetivamente da Planta de 1858, bem como alguns trechos dos bairros de Trincheiras, Jaguaribe e Tambiá, em espaços contíguos ao da Planta de 1858.

¹⁷Em 1938, o antigo SPHAN iniciou o tombamento de bens imóveis singulares no Município de João Pessoa (cujo território então englobava os Municípios vizinhos de Conde e Cabedelo). Parte substancial desses bens tombados situa-se na área do tombamento de 2004/09.

partir de prospecções documentais, memorialísticas e historiográficas (aqui considerando também obras de Geografia ou Arquitetura), buscando detectar a presença dessa cidade menos visível no traçado monumental da atual área tombada, tentando trazer novos elementos para uma percepção mais acurada das relações entre o presente que indaga e o passado que remanesce. Essa é matéria não apenas de um artigo científico, mas de um programa de estudos que pretende envolver bastante tempo e estudo.

Já aludimos, e seria desnecessário se alongar muito sobre isso, como a visão monumental cria uma espécie de efeito de distorção de percepção desse espaço. Em grande medida mesmerizados pelo apelo estético dos bens tombados, difunde-se uma visão de passado idealizada, obliterando-se alguns dos aspectos mais significativos das relações sociais que enformaram a ereção desses mesmos monumentos. O mundo dos trabalhadores e escravos fica submerso nessa visão ou aparece de forma muito residual e, não raro, envolto pelo pitoresco e o fantasioso. Jacques Le Goff já havia nos alertado efetivamente para essa relação entre Monumento e relações de poder vigentes em quaisquer sociedades e como não se pode perder tais dimensões de vista sob pena de edulcorarmos nossas visões do passado, com os devidos rebates para a nossa percepção do presente¹⁸.

Outrossim, a tão propalada modernidade, questão tão discutida quando se remete a estudos urbanos, e que costuma a aparecer como um princípio norteador, que supostamente viria a propugnar uma remodelação substantiva do espaço citadino e uma seleção entre o que deveria ser preservado como “tesouros do passado”, o que deveria ser riscado do mapa como marca do arcaico e o que deveria ser construído como marca do “novo”, possui seu próprio cortejo de contradições e, muitas vezes, carrega esses sinais contraditórios na cidade que emerge desse processo modernizador. Como destaca um estudioso desse processo na cidade de João Pessoa, que indicou que no princípio do século XX houve um impulso modernizante, que definia que *“Na Parahyba do Norte, parte dos cidadãos especificamente os comerciantes manifestou-se a favor da modernização da cidade..., o que, na compreensão das elites, resultaria na edificação da cidade ideal”*. Junto aos governantes que *“se encarregaram de transformar os*

¹⁸Aludimos, aqui, ao verbete Monumento-Documento elaborado pelo historiador francês In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). Enciclopédia Einaudi. Vol. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 95-106.

*logradouros públicos, tornando-os lugares atraentes, higiênicos, arborizados... com novas ruas e avenidas... dar cabo dos becos e vielas insalubres e infectos que enfeavam a área central da cidade”.*¹⁹

Em conclusão, o referido historiador constata que:

A Parahyba moderna revelou, então, faces contraditórias, e, ainda que as elites tenham se esforçado para esconder as imagens referentes às classes pobres, elas se mantiveram em cena, negando em grande parte a modernização como sinônimo de progresso e civilização afirmando o clientelismo nas relações sociais e a efemeridade do tão consagrado “moderno”.²⁰

Nesse sentido, vamos fazer essa espécie de roteiro, olhando um pouco mais para os becos, vielas e lugares menos afamados no conjunto do acervo patrimonial e que não deixava de se relacionar em larga medida com ele. Entendemos, aqui, que não se tratava de duas cidades opostas convivendo no mesmo espaço, mas de duas realidades combinadas contraditoriamente, uma tão necessária à outra, que a mais feérica não conseguiu apagar de todo aquela obscura em seu pretense novo traçado urbano.

“Uma população fantasma que assombra as Câmaras”.

Os estudiosos que se debruçaram sobre a formação de nossa sociedade colonial, em variados graus, identificaram uma dificuldade em localizar populações livres pobres que teriam vivido à sombra da escravidão. Não só as vidas singulares dos escravizados seria objeto de parco registro documental e de escasso conhecimento historiográfico possível – apesar nas inegáveis conquistas historiográficas das últimas décadas –, como a dessas pessoas livres e pobres (em variados graus de mestiçagem), viventes nesse mundo que mediava em graus diversos entre senhores e escravos. Farta historiografia se

¹⁹ CHAGAS, Waldeci Ferreira. As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930. Recife: Tese de Doutorado em História (UFPE), 2004. p. 33-34.

²⁰ Idem. p. 261.

debruçou sobre essas questões e tentaremos acrescentar mais alguns elementos no que tange à percepção dessas populações no espaço urbano da velha Parahyba e os traços de sua passos inscritos nos desvãos de seu Patrimônio.

Inicialmente, recorreremos ao quadro traçado por Nelson Omegna acerca desses grupos sociais, que sintetiza sua composição, mesmo que por um viés muito peculiar àquele autor:

“Vive na cidade colonial uma vultuosa massa de gente sem classe ou profissão, aderente desordeira de todos os protestos, pronta para emprestar aos movimentos reivindicatórios a feição de turba, sem medida na ação, sem constância nos propósitos e sem clareza nos programas.

Os registros dos idos coloniais deixam clara a existência de um grande número de indivíduos excluídos dos esquemas de trabalho, profissão ou classe da sociedade de então.

São índios sem ofício desgarrados das aldeias, negros foragidos do eito, mestiços desajustados, brancos pobres sem acomodação nos quadros de trabalho que a colônia oferece, ciganos vadios, prostitutas, marinheiros e soldados desertores, degredados que habitam os mocambos nos subúrbios das cidades, vestem-se de farrapos, mantêm-se de furtos ou esmolas, constituindo uma população marginal, estável em seu volume e permanentemente desocupada.

É uma população fantasma que assombra as Câmaras e aflige os mantenedores da ordem...

O crime recruta aí os seus figurantes mais representativos. Aí os potentados ricos mobilizam as quadrilhas dos seus guarda-costas e capangas. Saem daí os bandos de perigosos salteadores que infestam cidades, vilas e sertões. Saem daí as massas para tôdas as rebeliões, os soldados para os movimentos que aglutinam descontentes e insatisfeitos. Estão sempre contra uma sociedade que não lhes dá sequer uma posição na sua estrutura social.”²¹

Para efeito do que pretendemos desenvolver adiante, faz-se necessário entender que determinados documentos e acervos são capitais para captarmos traços dessa “população fantasma que assombra as Câmaras”, especialmente para o período colonial e boa parte do imperial, chegando mesmo aos alvares do regime republicano, que

²¹OMEGNA, Nélson. A Cidade Colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961. p. 240-241.

seriam os documentos das próprias Câmaras, somados a fontes cartoriais, eclesiásticas e policiais, quando essa última função ganhou estatuto para além da instância camarária.

Os arquivos das Câmaras Municipais são, pelas características que essas instituições adquiriram na estruturação da governança local ao longo de bastante tempo, espaços privilegiados para captar os traços dessas populações aos quais aludimos acima. Na documentação camarária – não apenas nela, mas a mesma é de importância substantiva nesse sentido – é possível captar o movimento da vida cotidiana nas cidades e no seu entorno. Assuntos como segurança e moralidade públicas, conservação de estradas e pontes, acesso a água potável, abastecimento de gêneros, disputas de poder local, questões relativas à saúde e educação públicas, enfim, uma pletera de temas e questões aflora desses acervos. Uma cidade que possui tais acervos poder-se-ia dizer uma cidade feliz para pesquisadores de história e urbanismo.

No caso da atual João Pessoa, a página da Câmara dos Vereadores informa que *“Até o ano de 1947, não existem registros documentais que permitam comprovar a data exata de instalação da hoje Casa de Napoleão Laureano, havendo ainda um vazio no que se refere à sua vida institucional”*²². Ainda assim, as informações subseqüentes na página informam que a mesma Câmara teria sido instalada em torno de 1589, segundo um documento datado daquele ano, o qual não é referenciado, mas que não integra o acervo conhecido da Câmara até então. Vê-se, dessa maneira, um quadro desolador para os interessados em pesquisar essa história urbana pela aludida inexistência de uma documentação camarária que perfaria um período de quase 358 anos, a tirar pelas datas informadas pela própria instituição.

Dissemos acima até então, porque em data recente foram localizados pelos arquivistas da instituição documentos anteriores à data de 1947. Tais documentos poderiam ter sido conhecidos por estudiosos de outras gerações e parte deles deve constar em acervos que não o da própria Câmara²³, mas em termos do acervo da própria instituição, constava a inexistência dos mesmos.

²² Informação constante na parte de História da página eletrônica da Câmara Municipal de João Pessoa, disponível em <https://cmjp.pb.gov.br/historia/> acesso em 03/08/2018. Mantida mesma informação em 01/06/2020. Frisamos que o ano de 1947 refere-se à reinstalação das Câmaras Municipais (até então desativadas) após o final da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e o procedimento de eleições em momento posterior. Durante esses anos de inatividade, é razoável supor que muita documentação tenha sido perdida.

²³ Destacamos aqui uma obra de Juarez da Gama Batista, cujo ano da primeira edição é 1951, e na qual constam em Apenso (p. 79 a 129) 44 documentos, parte significativa dos quais produzidos pela Câmara

Para nossas finalidades, outras referências que acabaram se tornando fundamentais para o conhecimento da vida cotidiana da velha Parahyba, a primeira delas é talvez o caso mais singular de nossos historiadores da geração que vivenciou a mudança de regime monárquico para o republicano e a proibição legal da escravidão seja o de João Rodrigues Coriolano de Medeiros (1875-1974), ou simplesmente Coriolano de Medeiros. Além de sua longeva existência, Coriolano participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP, 1905), da Academia Paraibana de Letras (APL, 1941) e deixou numerosa obra histórica e literária, da qual destacamos aqui duas que se situam entre o que poderíamos aqui denominar como “memórias” e “reminiscências”. Tais obras são “O Tambiá da minha infância” (1941) e “Sampaio” (concluído em 1950 e publicado em 1955), republicadas conjuntamente em 1994, edição que usaremos aqui²⁴.

Fizemos, aqui, leve distinção entre memória e reminiscência, chamando a atenção que o teor mais vinculado à experiência pessoal da infância do autor na primeira obra se desloca para uma série de memórias referente a um tempo pretérito à sua vida, como quando se refere em “Sampaio” às reminiscências de um antigo alfaiate bêbado e falastrão, nas quais boa parte das narrativas antecede a vida do próprio autor e se imbricam numa memória mais coletiva acerca do personagem central. Além da qualidade literária de tais obras, ambas colocam belos problemas de monta na discussão das complexas relações entre memória, história e ficção²⁵.

A outra é a já mencionada obra de Juarez da Gama Batista, que tentando seguir os caminhos abertos por Gilberto Freyre em “Sobrados e Mocambos”, compulsou antigos livros camarários e colocou em Apenso um significativo conjunto desses

Municipal em meados do século XIX. BATISTA, Juarez da Gama. Caminhos, Sombras e Ladeiras: Esboço de Perfil de Cidade do Nordeste Brasileiro. 2 ed. Fac similar. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba/ A União, 1989. Observe-se, a título da controvérsia sobre o nome da Cidade ao qual aludimos antes, que na edição original de 1951, pela Editora A União, consta o local como Parahyba, nome que havia sido modificado 21 anos antes. Outros historiadores anteriores à década de 1930 podem tê-los conhecido e compulsado, mas o quadro parece ser esparso nesse sentido e não se verifica um uso sistemático desse acervo. Nada indica, por sua vez, que o mesmo estivesse íntegro nas primeiras décadas do século XX. Muito pode ter sido perdido ao longo de tempos e não de uma única vez.

²⁴MEDEIROS, Coriolano de. O Tambiá da minha infância – Sampaio. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/ A União, 1994.

²⁵Além dos sítios eletrônicos do IHGP e APL, nos quais constam importantes informações sobre Medeiros, apontamos o artigo de MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. Um memorialista e seu tempo: Coriolano de Medeiros e a instrução na Parahyba oitocentista. João Pessoa: IX Congresso Brasileiro de História da Educação, 2017. Disponível em <http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo7/individual/6217-6226.pdf>. Acesso em 25/08/2018.

mesmos documentos e que, salvo um dia sejam encontrados ou que se encontrem em arquivos que não o da Câmara Municipal, consistem em praticamente alguns dos poucos exemplares, senão os únicos, desse teor.

Voltando à questão da documentação da Câmara, de maneira fortuita, tomamos conhecimento desse achado e iniciamos um projeto entre a Câmara Municipal, a Universidade Federal da Paraíba e a Fundação Casa de José Américo, no sentido de preservação dessa documentação e sua disponibilização para os pesquisadores e o público em geral²⁶. Grosso modo, dado que os trabalhos caminham lentamente, envolvendo restauração, digitalização, pesquisa e transcrição, tal documentação consiste em um volume de cerca de 500 a 700 páginas, compondo em torno de 300 a 500 documentos, com datas constantes entre 1814-15, outro período de 1824-28 e um Livro de Atas de 1910-12. Não se trata de um volume tão grande diante do que deve ter existido, mas adquire enorme valor, dada a sua raridade, o que permitirá avanços na pesquisa da história urbana da velha Parahyba. Em termos bastante gerais, foram encontrados documentos sobre assuntos da vida cotidiana, como já mencionamos acima e seria desnecessário repetir. Boa parte ainda resta por compulsar, mas vamos tecer considerações sobre alguns deles nas linhas que se seguirão, em função de nossos objetivos nesse artigo.

Como já dissemos, esses documentos revelam a cada nova incursão, alguns elementos que permitem divisar, como numa fresta, alguns aspectos da vida cotidiana nessa cidade de princípios do século XIX, egressa da colônia mas mantendo seus traços pouco alterados nas formas de sociabilidade – dominadas pelo peso da escravidão – e no traçado urbano. A vista para umas poucas fontes e uma “visita” a uns tantos lugares nos permitirão discutir aqui algumas questões acerca dessa possibilidade de um olhar dialético para a Cidade. Consideramos que olhar assustado das autoridades coevas – e, ao que parece, do próprio Omegna – deixa algumas marcas importantes da presença dessa população, muita vezes fugaz na documentação oficial e quase imperceptível na

²⁶ O achado dessa documentação foi objeto de bastante repercussão na mídia local, que cobriu o fato com bastante destaque em telejornais, dos quais se seguem alguns links adiante: https://www.youtube.com/watch?v=ec1y_2I3XFU&feature=youtu.be acesso em 05/11/2018 <http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-1edicao/videos/t/joao-pessoa/v/documentos-antigos-sao-encontrados-na-camara-de-joao-pessoa/7116070/> em 05/11/2018 <http://g1.globo.com/pb/paraiba/bom-dia-pb/videos/t/edicoes/v/documentos-dos-seculos-18-e-19-sao-encontrados-na-camara-de-joao-pessoa/7116738/> em 05/11/2018 <https://www.youtube.com/watch?v=VX08Ho6s6ZE&feature=youtu.be> em 05/11/2018 <https://www.youtube.com/watch?v=XkCSIqKPDVU&feature=youtu.be> em 05/11/2018 e <https://www.youtube.com/watch?v=B3m4B3SY6dc> acesso em 27/11/2018.

fachada dos monumentos ou no traçado e toponímia das ruas, mas que é agente igualmente importante na construção e reconstrução permanente da Cidade.

Um roteiro pela velha cidade e alguns de seus arrabaldes.

Primeiramente vamos começar a circular pela Cidade Baixa do Varadouro – lugar ao qual se costuma atribuir, via de regra, o espaço para as atividades econômicas ligadas ao Porto e a outras produções e comércio – mais precisamente na tarde do dia 06 de Março de 1825, quando o Cidadão José Gomes Pessôa²⁷ para lá se dirigiu, atendendo a um despacho da Câmara Municipal, a fim de tomar conhecimento de um litígio que abalava os moradores do bairro, cujo relatório o mesmo elaborou para a Câmara no mesmo dia. Segundo ele:

na tarde do dia 6 do corrente mês, fui a aquele lugar das Convertidas²⁸, onde informando-me de pessoas fidedignas, não só de entre aquelles mesmos como ainda mesmo de outras pessoas, que posto morem arredado daquele dito lugar, todavia sabem, e confessam verdadeiro o espendido no mencionado requerimento²⁹

Na localidade estavam em polvorosa vários moradores contra o Padre Antonio Lourenço³⁰, pela posse e uso das terras, para moradia e produções, bem como o acesso a

²⁷ As informações acerca do dito José Gomes Pessoa levam à presunção de que, nesta data, o mesmo poderia ser Professor da Cadeira de Primeiras Letras na Capital, uma vez que pelo Ofício 25, de 19/07/1826, um ano e quatro meses depois dessa ocorrência do Varadouro, a Câmara Municipal informava ao Presidente da Província, Alexandre Francisco de Seixas Machado, que o mesmo pretendia continuar no Magistério e se manifestava, com ressalvas, pela sua manutenção. Ainda encontramos um Registro dos Offícios 21 e 22, em 25/02/1829, sobre posse de Vereadores suplentes, que José Gomes Pessoa deveria tomar posse em lugar do Vereador Feliciano José Henriques Júnior, que se escusava de tomar posse no referido cargo. Acervo da Câmara Municipal de João Pessoa.

²⁸ O dito Lugar das Convertidas era a denominação atual Rua Maciel Pinheiro até sua mudança para Conde D'Eu, na segunda metade do século XIX. Segundo diversos historiadores locais, o nome se deveria ao fato da existência de uma casa mandada construir pelo Bispo de Pernambuco para abrigo de mulheres que haviam deixado a prostituição e viviam naquela localização. Vide, entre outros AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. Cidade de João Pessoa: a Memória do Tempo. 2 ed. João Pessoa: Grafset, 1993. p. 157 e 183.

²⁹ Informação de Jose Gomes Pessôa acerca de litígio entre moradores do Varadouro e o Padre Antonio Lourenço, acerca de terras e uso de cacimba naquela área (06/03/1825). Acervo Câmara Municipal de João Pessoa.

³⁰ Sobre o Padre Antônio Lourenço, até o momento não dispusemos de maiores informações. Uma possível pista, que exige confirmação, diz respeito a um Padre Antônio Lourenço de Almeida, que foi um dos subscritores de um Termo de Grande Vereação Extraordinária, em 31 de Julho de 1822, quando as pessoas mais gradas da Cidade se reuniram para deliberar sobre questões da Junta Provisória de Governo no contexto que levou à Independência. Arquivo Nacional. As Juntas Governativas e a Independência. Vol. 2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/ Conselho Federal de Cultura, 1973. p. 586.

uma cacimba de onde moradores retirariam água para a sua subsistência. Continua o relato de Pessôa:

aquele Porto foi sempre, e deve ser propriedade dos sobreditos queixosos, que o beneficiaram; e aterraram, e quando devesse ser arrendado deveriam eles preferirem para ser assáz necessarios aqueles mesmos moradores e terreno em questão, tem mais no mesmo uma cacimba, que ha de ser de suma necessidade a aqueles Povos de que já mais devem ser privados que percizão, que tem daquela dita cacimba, que lhes oferece muita comodidade, e o mesmo acontese respeito o Porto, por ser onde desembarção todo o pescado, madeiras, pindobas, e tudo o mais de que necessitão, isso além da publicidade do mesmo e não sei por que princípio, ou fatalidade o Padre Antônio Lourenço se invocou proprietário daquele terreno para o arrendar, e que já mais lhe pode pertencer, senão para uso disarmado egoísmo, e insaciável ambição de possuir um terreno que nenhuma legitimidade tem a ele, e que só serve de fomentar intrigas, e dezordens para emtão mal entendida possessão, de que deveria estar [p. 2 – rasgo ao final] despido; tendo de notar mais, que já ameassão as desordens, e pode seguir-se consequências muito tristes.³¹

Diz Pessôa que havia finalizado seu informe mas, como quem quer aprofundar os detalhes, resolve acrescentar mais duas páginas nas quais não falta a acrimônia contra o

“dito Padre que machiavelicamente vai desfrutando um terreno que deveria estar a cargo, e Administração deste mesmo Senado, e pelo mesmo arrendado a aquelas pessôas, de cujo rendimento se faria melhor applicação, segundo as necessidades públicas... Ora este veneravel Padre tem chegado ao escan-[p.3] ao escandalozo extremo de exigir de umas molheres apelidadas as Venancias renda pelo lugar, que occupa uma cacimba, de que ellas se servem, e aos mais vizinhos ali moradores; Grande Deus! não pode haver segundo orgulho, e falantropia mais redicula! como é que aquele servo de Deus se que apóssar das fontes quando essas são livres a qualquer individuo. Com bem fundadas concequencias me capacito, de que se os moradores daquele Bairro aterrarem o Rio do Varadouro elle se achara logo a posse.”³²

O documento que citamos em sua quase integridade é uma fonte valiosa para perceber a história social de um lugar sobre os quais as informações são escassas,

³¹ Idem.

³² Idem.

ressaltando, ainda, “*que aquele Inglês, e outros tem ocupado um terreno com planta de capim, e outras plantações, o que tem 800 a 1000 braças de circunferência e dele pagão renda a aquele dito Padre*”³³. Certamente, apenas fontes adicionais poderão nos fazer deslindar o desfecho dessa pendência, explicar as conflituosas relações de Pessoa e do Padre Lourenço, o que talvez nunca seja atingido, caso as fontes estejam irremediavelmente perdidas. É esperar que outros historiadores possam lograr êxito nesse sentido.

No entanto, essa mesma fonte nos permite perceber um sem-número de agentes sociais que costumam a ser pouco percebidos nas histórias locais – muito embora alguns observadores mais argutos tenham entrevisto suas presenças – e que fazem parte de uma teia de relações que articula espaços da cidade que muitas vezes são tratados de maneira pouco articulada ou totalmente desarticulada. A persistência de uma visão que estabelece uma dicotomia entre as ditas Cidade Alta e Baixa, quase como duas cidades distintas, é um dos pontos que precisa ser enfrentado para se permitir entrever uma cidade mais complexa em sua história. Esse ponto foi destacado com felicidade por Tinem, Carvalho e Martins, que defendem uma superação dessa visão dicotômica Cidade Alta-Cidade Baixa e propõem “*uma visão dialética da cidade, caracterizada temporal e espacialmente, com configurações, usos e percepções mutáveis, em oposição à versão hegemônica dos ensaios sobre o tema, de caráter eminentemente estático.*”³⁴.

Faz parte dessa visão dicotômica e desmaterializada de história fazer tabula rasa de que o plantio de capim na área, cujo nome remanesce na toponímia local de Porto do Capim, indica a persistência de moradia de trabalhadores e de produções econômicas desde o mais prístino estabelecimento de vida urbana na Cidade, atestando, por sua vez, a tentativa de maquiagem desmaterializada de dias contemporâneos, que quer transformar uma comunidade tradicional num suposto porto turístico e ecológico, a partir de um pretense “embasamento histórico” ao aludido projeto. Trata-se, apenas, da projeção de um passado imaginado e imaginário, um

³³ Idem.

³⁴ TINEM, Nelci, LOUREIRO, Juliano Loureiro Celino Morais de Carvalho e MARTINS, Carla Gisele Macedo Santos. Para além da dicotomia Cidade Alta/ Cidade Baixa: um estudo historiográfico da forma urbana em João Pessoa (PB). In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Anpur, 11. 2005, Salvador. Anais... Salvador: Anpur, 2005. <http://www.xienanpur.ufba.br/533.pdf>. acesso em 29/05/2019.

passado efetivamente inventado para gáudio de um modelo de turismo equivocado e não-cidadão. Mais que os casarões do velho Porto, as pessoas são o verdadeiro Patrimônio a ser preservado e é possível fazer conviver pessoas e edificações, sem precisar escorraçar algumas delas em suposta defesa da proteção de bens edificados.

Voltando à mesma região, em 27 de Janeiro de 1825, um pouco antes da disputa apresentada acima, o Presidente da Província Alexandre Francisco de Seixas Machado observava à Câmara:

Tenho prezente a informação, que Vossas Senhorias derão em consequencia do meu Despacho de 17 de Janeiro sobre o requerimento de Francisco Luiz Nogueira de Moraes, que pede Licença para irigir hum Trapixe á margem do Rio do Varadôro da parte do Zumbi, sobre o que cumpre-me dizer a Vossas Senhorias, que procedendo esse Senado inspecção exacta sobre o Lugar, e conhecendo por ella que a obra pretendida não he prejudicial nem ao publico, nem ao direito de algum particular, lhe concêda a Licença sem prejuizo dos Direitos que ao mesmo Sennado competem nas obras de semelhante natureza³⁵

A existência de um lugar à beira do rio, com a denominação de Zumbi, levanta mais indagações que respostas. Numa primeira aproximação nos remeteríamos ao afamado Zumbi dos Palmares, que poderia denominar o local. Ou a existência de uma população predominantemente afrodescendente poderia explicar a toponímia, mesmo que não tivesse relação direta ao palmarino. Archimedes Cavalcanti indica que a região do atual bairro do Baixo Roger, vizinha ao Varadouro, era o sítio Zumbi, de propriedade do revolucionário de 1817, Amaro Gomes Coutinho, e que teria sido sequestrada pelas autoridades após o seu enforcamento, sem, no entanto, dar maiores informações sobre a denominação do lugar³⁶. Em sua Monografia da Cidade da Paraíba do Norte, em 1889, Vicente Gomes Jardim informa que a Rua do Zumby (sic.) havia mudado de denominação para Visconde de Inhauma³⁷, mas o nome Zumbi

³⁵ Presidente da Província Alexandre Francisco de Seixas Machado determina à Câmara Municipal a inspeção da parte do Zumbi, para definir a possibilidade autorização da construção de um trapiche no local (27/01/1825). Acervo da Câmara Municipal.

³⁶ CAVALCANTI, Archimedes. A Cidade da Parahyba na época da Independência. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972. p. 42. Em trabalho mais recente, a historiadora Serioja Mariano informa que Coutinho teria uma propriedade nessa área, mas não indica o nome da mesma. MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. Gente opulenta e de boa linhagem: Família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824). João Pessoa: Ed. UFPB, 2013. p. 81.

³⁷ JARDIM, Vicente Gomes. Monografia da Cidade da Parahyba do Norte (1889). IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano. Ano III. Vol. 3. 1911. p. 94.

parece haver persistido por tempos, uma vez que é anotado por Coriolano de Medeiros em seu Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba, cuja segunda edição, de 1950, ainda indica o verbete Zumbi: “*Voz africana – Parte da cidade de João Pessoa, a N. O., entre o sopé da colina e o mangue, hoje em grande parte aterrado com lixo retirado da cidade*”³⁸

De toda forma, as características da ocupação da área, com gente ligada às atividades portuárias, à pesca e outras atividades de uma economia próxima à subsistência, indica uma forte presença de populações trabalhadoras que merece investigações futuras observada a escassez de fontes que continua a se constituir numa barreira. Cumpre breve observação que noutros documentos foram observados algumas dessas condições aqui descritas, como a presença de pescadores, relacionados a um problema envolvendo a determinação da remoção de currais de pescaria do rio, em função de transtornos à navegação.³⁹

Vale salientar que o próprio Porto do Varadouro, mesmo nas quadras de maior produção econômica da Capitania ou da Província da Paraíba, quiçá do Estado até à sua desativação, não parece ter ultrapassado modestas proporções, como indicam os percucientes estudos de Moura Filha sobre a cidade entre os séculos XVI e XVIII⁴⁰. Em 1887, o Engenheiro Francisco Soares Retumba apontava em uma *Memória sobre os Melhoramentos que precisa a Província da Parahyba*, que o porto era um grande gargalo econômico ao seu desenvolvimento, indicando que portos “estranhos à província” eram preferidos para dar escoamento às produções do interior e descreve o quando que considera desolador para o porto:

³⁸ MEDEIROS, Coriolano de. Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba. 2 ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 269.

³⁹ São duas cópias de documentos de 11 de Abril e 25 de Outubro de 1798, constantes na mesma documentação da Câmara Municipal, nos quais o então Governador da Capitania da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho determinava a remoção dos ditos currais. Sobre esse assunto, orientamos dois trabalhos na disciplina Metodologia da História II, na Graduação da UFPB, semestres 2019.1 e 2019.2, nos quais os referidos documentos foram usados As Águas contando a história da Cidade: uma experiência em Metodologia da História <https://historiagrande.wordpress.com/2019/10/07/as-aguas-contando-a-historia-da-cidade-uma-experiencia-em-metodologia-da-historia/>. Acesso em 29/05/2020 e Pescadores, currais de pesca e navegantes na Parahyba: uma visão a partir dos documentos dos séculos XVIII/XIX até os dias atuais <https://historiagrande.wordpress.com/2020/05/07/pescadores-currais-de-pesca-e-navegantes-na-parahyba-uma-visao-a-partir-dos-documentos-dos-seculos-xviii-xix-ate-os-dias-atuais/>. Acesso em 29/05/2020.

⁴⁰ MOURA FILHA, Maria Berthilde. De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil – Séculos XVI-XVIII. João Pessoa: IPHAN/Superintendência na Paraíba, 2010. Pode-se ver as limitações do movimento portuário às páginas 250 e 271.

Se alguém, não conhecendo a província, ao entrar na barra do Cabedello, se achar de súbito face ao magestoso panorama, que a vista encantada oferece o nosso soberbo Parahyba... fica para logo imaginando ... um vasto e opulento porto digno em tudo ao portentoso rio que contempla com enleio...

Ao envez da risonha bahia para que se preparava, o aturdido viajante nada mais encontra que um simples porto de canoas...

A província da Parahyba virtualmente não tem porto. Semelhante nome jamais poderá servir para indicar o que todos vemos no Varadouro, á margem dos rios Parahyba e Sanhauá, onde chegam a custo alguns navios e ainda com maior dificuldade podem sair carregados.⁴¹

Não é dos melhores o quadro que Coriolano de Medeiros traça para o acanhado porto do Varadouro, no seu já mencionado Dicionário Corográfico, poucas décadas após a Memória de Retumba. Então, nada mais próximo da fantasia, imaginar um possante porto de naus, com amplo movimento de embarcações que ligariam a Paraíba a todos as rotas oceânicas. Parece bem mais plausível presumir que tal porto manteve predominantemente um caráter ancilar ao de Recife, o que tem sido uma situação incômoda à política e à autoimagem locais. No mais, como Retumba nos fala em canoas, não imaginemos que as mesmas existam sem os canoeiros que lhes confeccionariam e manejariam. Assim, emerge com força a presença de uma população de trabalhadores historicamente nessa região.

Voltando a trilhar nesse percurso, vamos nos afastar da área urbana e rumar para o sul do Município, na antiga estrada que se dirigia a Recife e que ligava a Capital da Paraíba ao sul da Província e a Pernambuco. Em 10 de Junho de 1828, o Presidente da Província Francisco de Assis Pereira Rocha alertava à Câmara que:

Constando-me estar em muito mau estado as Estradas, e Pontes de sahida, e entrada desta Capital, entre as quaes, as do Gramame tem a principal importância de dar entrada a farinha, para o Mercado Publico, e fornecimento das Tropas Pagas; recomendo a Vossas Senhorias todo o cuidado, e precaução em providenciar pela maneira mais em uso, pela que melhor ocorrer, o reparo e beneficio das referidas Estradas e Pontes.⁴²

⁴¹ RETUMBA, Francisco Soares da Silva. Memória sobre os Melhoramentos que precisa a Província da Parahyba (1887). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano. Anno IV. Vol. 4. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1912. A preferência por portos estranhos à Província está à p.167. A citação apresentada está à p. 228.

⁴² Presidente da Província Francisco de Assis Pereira Rocha determina à Câmara Municipal o concerto de estradas e pontes, em especial a de Gramame (10/06/1828). Acervo da Câmara Municipal.

A região de Gramame, no extremo sul do Município, ocupava um lugar estratégico nas rotas de trânsito de pessoas e cargas que iam e vinham por terra em demanda a Pernambuco. A travessia do rio era um ponto nevrálgico nessa rota e sua ruína poderia gerar transtornos de monta para a cidade, inclusive com falta de farinha, o que significaria a possibilidade de tumultos urbanos, tais e quais a historiografia anota em inúmeros casos Brasil afora. Um de nossos mais antigos historiadores, Ireneu Joffily, já havia chamado a atenção para a importância dessa estrada em rumo de Pernambuco, em suas Notas sobre a Parahyba (1892)⁴³. Exatamente por ser um ponto estratégico de passagem, a mesma ponte também era um “lugar delicado” do sentido da manutenção da segurança local. Dois anos antes, o Presidente da Província, Alexandre Francisco de Seixas Machado alertava à Câmara em 13 de Fevereiro de 1826:

Achando-se o Districto da Ponte de Gramame, em que he Comandante Joze Luiz da Paz, do Termo desta Cidade, sem algum official de Justiça, ou Vintenario para as delligencias que ahi se necessitão fazer contra Ladrões, e Malfeitores, Vossas Senhorias nomearão hum ou mais Vintenarios se forem precizos, indicando-lhe por agora a Antonio Pedro, morador no mesmo Lugar chamado Ponte do Gramame, e lembrado pelo dito Comandante, por ser o unico que sabe ler, e escrever.⁴⁴

Afastando-se bastante da área urbanizada da antiga Cidade da Parahyba e que hoje se constitui nesse “Centro Histórico” tombado pelos órgãos de preservação, não podemos deixar de considerar as necessárias articulações entre lugares tão distintos, mesmo que às vezes tão afastados. A falta de farinha no Mercado Público ou a ação de ladrões nessa localidade poderia repercutir de maneira substantiva no núcleo urbano. A vida daqueles que habitavam os melhores recantos da cidade ou mesmo os mais modestos de sua área urbana estava diretamente articulada a essas paragens mais longínquas, mas por onde se escoava uma série de produções indispensáveis ao abastecimento local.

⁴³ JOFFILY, Ireneu. Notas sobre a Parahyba. Fac-símile da primeira edição de 1892. Brasília: Thesaurus, 1977. p. 219.

⁴⁴ Presidente da Província Alexandre Francisco de Seixas Machado determina à Câmara Municipal a nomeação de Vintenários para o Lugar da Ponte de Gramame, para tomar providências contra ladrões e malfeitores que atuam naquele lugar (13/02/1826). Acervo da Câmara Municipal.

Vamos, então, para a Cidade Alta, o lugar onde se convencionou definir como o espaço das moradias dos mais abastados e das atividades governamentais. Recorreremos a um pequeno flagrante que Juarez da Gama Batista observou nos documentos da Câmara, referentes a três décadas após os acontecimentos do Varadouro e de Gramame, mas que ainda mantinham boa parte dos traços urbanísticos e sociais de décadas antes.

Em 9 de Março de 1855. Ao Fiscal Cezar, sobre a sahida do beco da Mizericordia.

A Câmara Mun.al em Sessão de 6 do corr.e mez deliberou autorisar á Vm.ce p.a de accordo com os proprietários Joaquim Per.a Maia, e Jose Florindo Torres d’Albuquerque, fazer tapar a sahida de um estreito beco, que segue p.los quintaes das casas das ruas direitas (sic), e nóva d’esta Cidade oqual dá som.e sahida p.a o beco da Mizericordia; o que lhe communico p.a sua intelligência, e execução = Deus Guarde á Vm.ce = Paço da Cam.a M.al da Cidade da Par.a 9 de Março de 1855 = Claudiano Joaquim Bezerra Cav.ti = Pres.e = Luiz An.to Montr.o da Franca = Secretr.o = Snr. Cristiano de Fojos Corr.a Cezar = Fiscal da Cid.e Alta (113 v.).⁴⁵

Acontece que, quatro meses depois, a Câmara se reportava ao mesmo Fiscal se referindo à área do mesmo beco, onde se estariam praticando atividades consideradas inadequadas para o referido espaço:

Em 18 de Julho de 1855. Ao Fiscal Cezar.

A Câmara Mun.al d’esta Cid.e , aquem foi presente o officio de Vm.ce de 5 do corr.e mez, dando parte da resolução que tomou de transferir a venda do capim, lenha, e cannas p.a o Bêco do Hospital da Mizericordia d’esta m.ma Cidade, deliberou responder-lhe q. m.to estranhava o procedim.to de Vm.ce, p.la man.e com q. lhe faz essa comunicação, eq. não approvando semelhante resolução ordena a Vm.ce, q. faça immediatam.e ser effectiva a venda d’esses objectos na praça em frente da nova casa do Mercado público; o q. tudo lhe participo p.a sua sciencia = D.s G.e a á Vm.ce = Paço da Cam.a M.al da Cidade da Par.a 18 de Julho de 1855 = Claud.no Joaq.m Bezerra.⁴⁶

O beco não denominado, uma espécie de corredor de servidão dos fundos das casas das atuais avenidas Duque de Caxias (Direita) e General Osório (Nova e, depois,

⁴⁵ BATISTA. Op. cit. p. 80/81. Manteremos os critérios de transcrição usados pelo autor.

⁴⁶ Idem. p. 79.

Marquês de Herval) e que desembocava no beco da Misericórdia, foi registrado pelo mesmo Agrimensor Vicente Gomes Jardim, na sua já citada Monografia, com a seguinte descrição, ao se referir à Rua da Misericórdia (atual Peregrino de Carvalho): *“No centro, do lado esquerdo, tem um pequeno becco, que dá sahida a parte dos quintaes das ruas: Marquez de Herval e Duque de Caxias, o qual é conhecido pelo nome de becco do Inferno”*.⁴⁷



Figuras 03 e 04 – Vestígio de antigo beco de servidão que existiu nos fundos das casas das Ruas Direita (Duque de Caxias) e Nova (General Osório), denominado Beco do Inferno. Na segunda imagem, a casa de fachada azul pertenceu a José Peregrino de Carvalho, antigo líder da Revolução de 1817, sendo monumento tombado pelo IPHAN em 1938.

Tivemos ocasião de tratar com lugar de denominação similar e tão sugestiva na cidade de Campinas, em trabalho anterior relacionado à educação patrimonial⁴⁸. Essa denominação se estabelecia a partir de lugar visto como maldito, antro periculoso e próximo a atividades de mercado. No caso campineiro, o beco do Inferno se situava nos fundos do antigo Mercado Municipal e hoje é curiosamente rebatizado como Travessa São Vicente de Paula, como se a atual denominação batizasse um logradouro associado a práticas nada celestiais, de acordo com uma visão mais pudica. Poucas pistas temos

⁴⁷ JARDIM. Op. cit. p. 86.

⁴⁸ PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. Conhecer Campinas numa perspectiva histórica. Campinas: Secretaria Municipal de Educação; Brasília: FNDE, 2005. Capítulo 6 (Largo das Andorinhas e Beco do Inferno). Esse mesmo espaço foi estudado mais detidamente por MARTINS, Válder. O Mercado Grande de Campinas: experiência social e transformação urbana. IN: LEMOS, Maria Tereza Toríbio Brittes et al (orgs.). Percursos da Memória: Construções do imaginário nacional. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000. p. 485-496.

sobre seu similar em João Pessoa, mas sua denominação em 1899, e o imbróglio em 1855 sugerem práticas nada condizentes com o que se esperaria de um passado idílico como em certas leituras que se fazem.

A acrescentar a existência de venda de capim, lenha e cana em plena Cidade Alta, o que seria impensável na visão estreitamente dicotômica já discutida anteriormente. Cumpre salientar um ponto a ser devidamente estudado e que adiantamos desde já: o referido beco situa-se num ponto muito próximo à ligação entre a Cidade Baixa e a Alta, numa configuração topográfica que sugere a viabilidade de se estabelecer tal tipo de comércio na área. O trânsito de montarias e mercadorias vindas do porto e do Varadouro, chegando através da Rua da Areia à Ladeira do Rosário (atual trecho final da Avenida Guedes Pereira, onde no início da década de 1970 foi rasgado o Viaduto Damásio Franca), situado em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, onde circulava numerosa população escrava e liberta da cidade no século XIX, estudada de forma percuciente pela historiadora Maria Vitória Lima⁴⁹, situava-se a um quarteirão do Beco da Misericórdia – e conseqüentemente, do Inferno –, ao qual se ligava pela Rua da Baixa (hoje trecho em leve declive entre da avenida Duque de Caxias). Então, podemos ter um cenário de intensa circulação de trabalhadores escravos e livres nesse entorno, bem distinto de certas visões um tanto complacentes do passado da Cidade.

Esse ponto de ligação entre as partes Baixa e Alta da Cidade, foram observadas pelo já mencionado Presidente Beaurepaire Rohan, em seu Relatório à Assembleia Legislativa da Província, em 1858, no qual informava haver determinado que o Engenheiro Alfredo de Barros e Vasconcelos confeccionasse a mencionada Planta e indicava uma série de providências de demolição, alinhamento e nivelamento de terrenos na ladeira da Misericórdia, ponto menos íngreme de acesso entre as duas áreas da cidade⁵⁰. Essa área se situa a um quarteirão dos referidos becos da Misericórdia e do Inferno, o que indica tratar-se de um ponto importante de conexão da então malha

⁴⁹ LIMA, Maria Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2013.

⁵⁰ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 20 de Setembro de 1858. Pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan. Parahyba: Typografia de José Rodrigues da Costa, 1858. Essas providências sobre as vias da Capital estão entre as páginas 21 e 23. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/585/index.html>. acesso em 18/07/2018.

urbana e que envolveu esforços ingentes das administrações locais para a sua garantia como área de transporte de pessoas e mercadorias.

Ainda somos convidados a circular pelo perímetro da velha Parahyba, através das memórias do longo e já mencionado historiador Coriolano de Medeiros, cujas memórias relatadas em “Tambiá da minha infância” e “Sampaio”, acabaram por tornar-se referências da maior importância para nossos estudos de história urbana. Tendo se mudado em 1880, ainda criança, vindo com a família do Sertão, para o bairro de Tambiá – então um prolongamento da primitiva área urbana em direção a leste –, Coriolano pode observar e registrar como poucos os aspectos de mudança que a cidade vivenciava entre os finais do século XIX e primeiras décadas do XX. Ressalvadas as peculiaridades de sua visão e valores, suas observações trazem a marca de não terem ficado restritas aos aspectos mais “respeitáveis” da história local. Em suas memórias entram desde os grandes próceres da história local, até as modestas pessoas que viviam imersas no mundo do trabalho escravo e livre e que também circulavam entre as ruas e becos da cidade.

Ele realizou uma circulação pelo perímetro da cidade de sua infância e juventude e não se furtou em falar – mesmo que ao seu modo e dentro de sua ótica – nos lugares menos afamados ou até mesmo malditos da urbe. Observou as mudanças no seu bairro, que deixava de ser um arrabalde pobre para se tornar uma área aprazível de morada para parte abastada da população. Circulou em suas memórias por lugares pouco recomendáveis, entre outros, como as ruas da Matinha, da Sodoma (com seu sugestivo nome) e do Grude. Sobre essa última deixou interessantes relatos ao longo de suas memórias:

Naqueles tempos, duas ruas desta Paraíba, modernamente João Pessoa, eram célebres nos anais da arrelia: – a Matinha, agora São Miguel, e a do Grude, ou Major Moreira dos nossos dias. Ambas disputavam a glória, e é bem possível que a Matinha não conseguisse o prestígio de sua rival. A denominação popular precisa, apropriada, derivou-se dos constantes barulhos – grudes – ali verificados de instante a instante. Composta de marafonas, amásias de soldados e trabalhadores da canga, sede de gente moça desocupada, atraía desordeiros e outros maus elementos, não falando na garotagem local, um dos maiores núcleos de meninos e meninas pervertidos. Durante o dia, as mulheres se encarregavam de manter, de espevitar, o fogo diabólico das resingas e assuadas, invectivando, insultando transeuntes,

descompondo umas as outras, ou, em plena rua, disputando a bofetões, dentadas e lutas corporais a posse de um miliciano que sorria envaidecido, aguardando o desfecho da questão. [...] Cessado o incidente, continuava o quebra-coco, sim, *continuava*, porque na rua do Grude havia coco permanente, nele não tomando parte várias africanas velhas e libertas que por ali moravam e ocupavam-se, durante o dia, em vender hortaliças e doces pelas ruas da cidade.”⁵¹

Seguindo seus rastros, muitos historiadores, cronistas e memorialistas locais tiveram maior ou menor atenção para esses aspectos menos visíveis em nossa paisagem urbana ou eventualmente obscurecidos nos registros. Entre eles, Archimedes Cavalcanti, num importante e já mencionado trabalho sobre a cidade à época da Independência, não deixou de ter atenção para esses lugares e situações, como a ação de malfeitores em Cruz das Almas e Jaguaribe, as tropelias no beco do Inferno ou noutros lugares de má fama como o Curral das Éguas e outros de denominações tão sugestivas, mas não se furtou a de fazer certas concessões a uma visão mais doce desse passado, ao argumentar que:

Cidade também de pecado. Não a cidade do pecado, um antro de perdição. Houve tempo, e não faz muito, que, pela quietude de sua vida, cotidiano modorrento, continência de hábitos, insignificância do índice de criminalidade, ausência de suplementos policiais, botaram-lhe a alcunha de “Cidade Santa”. Quando havia um crime, era passional. [...] Depois, a dilatação da área urbana. Crescendo, crescendo sempre, assustadoramente. E a explosão demográfica. Minguou apenas na santidade.⁵²

Andando mais um passo, cerca de duas décadas depois, o historiador Wellington Aguiar, ao analisar a vida familiar na segunda metade do século XIX, retoma a mesma imagem de Cavalcanti, mas avança um pouco mais na “santificação” do passado:

Eram costumes rígidos, severos. E nossa urbe recebeu até a alcunha de ‘Cidade Santa’... Era a ‘Cidade Santa’ por causa da seriedade de hábitos, decência e pacatez de vida. Nessa época a criminalidade praticamente desapareceu, aqui.⁵³

⁵¹ MEDEIROS, Coriolano de. O Tambiá de minha infância/ Sampaio. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/ A União, 1994. p. 29-30.

⁵² CAVALCANTI. Op. cit. p.50.

⁵³ AGUIAR. Op. cit. P. 97.

Estamos chegando ao final do percurso que nos propusemos fazer e para o qual convidamos o leitor, buscando fazer algumas considerações ao termo desse “passeio”. Como pudemos observar nesse último e breve deslocamento entre Cavalcanti e Aguiar, há uma sutil transição entre aspectos sombrios do passado e uma certa visão de “tempos inocentes”, quando as coisas seriam mais simples e a vida menos periculosa. Será? Estivemos circulando até o momento pelos registros de uma cidade egressa da colônia em pleno século XIX, cujos remanescentes urbanos e arquitetônicos estão em larga medida presentes na mancha de seu tombamento contemporâneo e que, não devemos jamais esquecer, era uma cidade escravista num país escravista.

Algumas impressões ao final do roteiro

Em torno dessa cidade pela qual fizemos uma espécie de circulação, convém observar em seus registros alguns marcos ou certas ausências, que podem dizer muito sobre aquilo que é registrado ou apagado conforme o olhar que vai estabelecendo observações ao longo dos tempos e mobilizado por certos critérios. Afinal, lá no princípio, Amaral Lapa nos alertava que a cidade compunha uma espécie de “jogo cotidiano de ludíbrio ou de confronto com a autoridade” entre os seus agentes e que “desse jogo acabam todos participando” e aos pobres seriam reservados os maiores riscos e os menores ganhos ou as maiores possibilidades de punição. É uma espécie de “Segredo de Polichinelo” que há constantes violações sobre as terras públicas ou de particulares nesse jogo, mas sobre os mais poderosos dificilmente recaem punições, enquanto que a mão pesada da lei costuma cair sobre os mais vulneráveis.

Começamos pela criteriosa planta de 1858, do Engenheiro Alfredo de Barros e Vasconcelos, cuja cuidadosa observação não registra a presença da rua da Sodoma ou do beco do Inferno, quando o traçado da primeira está presente e, no caso do beco, a documentação apresentada por Juarez da Gama Batista indica que tal servidão existia três anos antes da Planta e parecia consistir num lugar problemático da cidade. Não podemos afirmar que à época de Vasconcelos tais denominações existiam, além do que a Planta marque um espaço vazio no terreno da esquina do beco da Misericórdia com a Rua Nova (em cujos fundos se situaria o beco), mas esse ponto exige investigação. Outrossim, essas denominações aparecem poucos anos após, na Memória de Gomes

Jardim, em 1889. Então, ficam os questionamentos: queriam o Engenheiro e o então Presidente da Província, o enaltecido Henrique de Beaurepaire Rohan, visto por muitos historiadores locais como uma mente avançada para seu tempo, realizar uma obra de projeção de um futuro no qual se pretendesse apagar os marcos de um passado que seria digno de vergonha? Haveria alguma perspectiva de assepsia do presente e do passado ou alguma “santificação” dos mesmos? O fato do governo de Rohan ter se encerrado no mesmo ano teria impedido o Engenheiro de continuar o registro da Planta? E o que significa uma estrutura sem nome, numa área paralela à Rua das Trincheiras, no caminho da cacimba do povo, que Rohan havia mandado melhorar, no bojo do conjunto de obras que ligava a Rua Nova à da Medalha (hoje ambas formando a Avenida General Osório) e em direção á dita cacimba (atual traçado aproximado da Rua Rodrigues Chaves)? Essas são questões às quais não poderemos nos furtar. Elas, no entanto, nos lembram que as fontes cartográficas exigem todo o cuidado em sua análise, uma vez que não se tratam exatamente de registros objetivos, mas de construtos intelectuais e as mudanças de escala e ponto de observação podem lançar luzes ou sobras sobre aquilo que é representado.

Ainda sobre a Planta de Vasconcelos, temos a observar que a mesma se detém sobre a área urbana da Cidade, mas deixa de registrar outras áreas, o que não implica que as mesmas inexistissem, apenas que foram desconsideradas para fins dessa representação, como a Cruz das Almas, lugar visto por Archimedes Cavalcanti como ermo e perigoso no caminho que demandava para Pernambuco e a respeito do qual encontramos uma nomeação de Capitão de Ordenanças pelo Ofício 25, de 18 de Outubro de 1828? Se esses lugares se encontram fora da cartografia, outros indícios podem trazer sua presença na definição da trama urbana e da história da cidade. A Planta também é um Monumento e como tal, se não pode nos indicar mais do que aquilo que representa, pode ser percebida como representação seletiva e que, portanto, exige um manuseio muito atento.

Sobre o beco da Misericórdia e o do Inferno, fica a indagação do porquê, em 1855, o Fiscal do Município, Cristiano de Foios Correia Cezar havia autorizado a venda de capim, lenha e canas nesse logradouro, quatro meses após ter sido determinado o seu fechamento ao mesmo Fiscal. Que interesses havia na sua manutenção e porque 34 anos depois o mesmo beco parecia ainda existir no local, conforme atesta Gomes Jardim?

Seria um exemplo desse jogo cotidiano de ludíbrio, no qual certas conveniências mantinham práticas ao arripio das regras estritas definidas pelo poder institucional? Essa é uma questão palpitante e para a qual lançamos a indagação. Ainda tomamos a liberdade de sugerir a pequena inserção de sua representação no excelente trabalho de Sousa e Vidal, sobre as plantas da cidade, quando trataram de elaborar uma Planta de 1889, partindo de cuidadosas observações da Planta de 1858 e da Memória de Gomes Jardim. Como o próprio Jardim indica a presença do lugar, não cremos que seria ocioso inserir esse pequeno reparo no valioso trabalho cartográfico.

Outrossim, falando de outro Patrimônio, seria importante salientar a importância do patrimônio documental, os “velhos papeis” guardados em arquivos – ou, como é quase de praxe, atirados em depósitos insípidos –, cuja irrupção dos registros digitais acrescenta ainda um lance suplementar de incúria pela administração pública e pelos guardiões privados que deveriam preservá-los. O acaso do recente achado da mencionada documentação camarária é um atestado dessa importância. Não queremos, aqui, contrapor a documentação física à digital, mas chamar a atenção de que o fascínio pelo suporte digital tornou ainda mais periculosa a situação dos acervos físicos, num país que não cumpre os requisitos mais básicos de salvaguarda desse patrimônio na imensa maioria dos casos. Há cidades inteiras cujos arquivos se perdem a cada dia, com olhar complacente de boa parte das autoridades e da sociedade.

Por essas vias, vamos chegando a questões contemporâneas acerca do nosso Patrimônio, que entendemos pertinentes para que nele se possa pensar. A primeira e mais importante nos parece ser a necessidade de quebrar a visão dual e adotar uma visão dialética sobre o mesmo. Certamente, as sinhazinhas e os senhores que circulavam por essas ruas, não terão seu lugar roubado – não pretendemos simplesmente inverter os sinais e transformar o passado da “Cidade Santa” no “Beco do Inferno” –, mas precisarão estar em relação dialética com os escravos, pobres, trabalhadores urbanos, gente que circulava cotidianamente entre as Cidades Baixa e Alta – que, ao final, são uma só –, e que deram sentido a suas existências pelo trabalho com o qual edificaram essa cidade, que costuma lhes negar seu lugar ou os considerar apenas como um subproduto indesejado do progresso.

A visão desmaterializada do Patrimônio estabelece, nesse sentido, o roubo do espírito, da alma daqueles que efetivamente carregaram essas pedras que sustentam os

bens tombados que visitamos com tanto encantamento. Se observarmos com calma, seus rastros estão inscritos no desenho da Cidade, seus descendentes circulam aqui acolá, lavando carros, vendendo amendoins, fazendo pequenos serviços e, às vezes, pequenos ou até grandes delitos. Mas eles fazem parte dessa história, e esse Patrimônio desmaterializado e asséptico, disponível como produtos de mercado, não pode simplesmente expulsá-los da paisagem e decretar sua invisibilidade. Essa expulsão simbólica e muitas vezes física, acaba se revertendo na indesejada contrapartida da violência urbana, que só pode ser efetivamente superada com uma política que realmente transforme a cidade em bem de todos. Mesmo no que foi suprimido do cenário urbano, restam pequenos fios de memória ou registros de História que podem evitar a visão edulcorada, desmaterializada e asséptica do passado e englobar todos na dimensão da história. Se o que permanece é histórico, o que perece também o é.

Na cidade atual está não apenas a alma daqueles que hoje lhe dão sentido, mas, também, a daqueles que um dia lhe deram a existência. Um conjunto de bens tombados, sem a alma dessas pessoas, é uma fantasmagoria, um corpo inerte onde precisamos encarnar a alma de todos. O presente é História, as pessoas são Patrimônio.